CARVALHO, José Liberato Freire de (Coimbra, 1772-Lisboa, 1855)

José Liberato Freire de Carvalho – mais conhecido por José Liberato ou, simplesmente, por Liberato – foi um dos memorialistas e publicistas portugueses mais destacados do século XIX, espraiando a sua actividade por áreas como as do jornalismo político e cultural, a historiografia, a oratória e a arquivística parlamentares. Segundo Inocêncio, «nasceu na quinta de Montesão, subúrbios de Coimbra, aos 20 de Julho de 1772» (Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português...*, vol. IV, 1860, p. 417).

Filho do Doutor Aires António Antunes Freire e de D. Maria Joaquina Sequeira de Carvalho, dois dos seus irmãos – D. António da Visitação Freire de Carvalho (1769-1804) e Francisco Freire de Carvalho (1779-1854) destacaram-se igualmente no mundo das letras, tendo ambos sido sócios da Academia das Ciências de Lisboa, com produção académica de destaque. O primeiro, cónego regrante de Santo Agostinho, foi professor de História e de Geografia no mosteiro de São Vicente de Fora. O segundo, eremita calçado de Santo Agostinho, ensinou História e Antiguidades no Colégio das Artes de Coimbra. Um terceiro irmão, Luís António Freire de Carvalho (1766-1833), conheceu, por questões políticas, um destino trágico: «depois de ver confiscados, perdidos e devorados todos os seus bens desde o ano de 1828 e […] [sendo] preso em 1832», faleceu na prisão de Tomar, durante o reinado de D. Miguel (José Liberato Freire de Carvalho, *Memórias...*, 1855, p. 360). O exemplo dos irmãos mais velhos terá marcado claramente José Liberato, que ingressou no mosteiro de São Vicente de Fora, onde viveu com D. António da Visitação. Precocemente revelou um amor acrisolado pela História e pela Antiguidade, não deixando, ao mesmo tempo, de observar atentamente os costumes e as realidades do mundo exterior aos muros conventuais. Os seus estudos formais resumiram-se aos eclesiásticos (de Teologia e de Filosofia), conjugados com leituras variadas, históricas e políticas, por autodidactismo.

Liberato, homem de cultura e de liberdade, cortou quaisquer laços com a tríplice realidade eclesiástica, académica e política do seu tempo: abandonou a condição religiosa (tal como o seu irmão Francisco Freire), exilando-se em Londres (1813); demitiu-se, perto do final da vida, da condição de sócio da Academia das Ciências, devido à alteração estatutária que o fez regredir de sócio efectivo para correspondente, categoria com a qual entrara na instituição quase cinquenta anos antes (1853); e lutou, pela força da escrita e dos ideais, não só contra a manutenção do Antigo Regime em Portugal (sobretudo do miguelismo), mas também contra os desvios do próprio regime cartista, cujo censitarismo o impediu de ser eleito deputado pela quinta vez, em 1840.

O contacto com as ideias do Enciclopedismo e da Revolução Francesa entusiasmaram-no, levando-o a

ser iniciado na maçonaria. É necessário compreender que, nas décadas de 1790 a 1810, as várias filiações e linhagens maçónicas não só não eram incompatíveis com as formas de sociabilidades aristocráticas, eclesiásticas, artísticas e académicas, como espelhavam a própria divisão das sociedades portuguesa e europeia em sensibilidades tradicionalistas, reformistas, moderadas e radicais.

Os ideais de liberdade e de libertação, individual e nacional de Liberato (literalmente, liberto, ex-escravo), passariam, segundo essa dupla lógica, maçónica e histórica, por uma busca da luz, da iluminação do espírito humano e das elites, que, uma vez atingidas, permitiriam a regeneração dos costumes e dos povos. Daí a importância do esclarecimento de públicos leitores, não só através do jornalismo, como também de um memorialismo historiográfico, maçónico e parlamentar, por si cultivados. Por diversos escolhos e obstáculos com que se deparou, a vida de Liberato foi ao mesmo tempo singular e característica da sua época. Ele próprio nos diz, chegado aos oitenta anos, nas suas *Memórias*: «Ainda que a minha situação na vida não fosse elevada nem brilhante, não foi obscura: servi o meu país com todo o cabedal da minha inteligência; concorri muito para lhe dar a liberdade; padeci por ela desterros, prisões, emigrações e trabalhos» (J.L. Freire de Carvalho, *Memórias...*, *Op. Cit.*, pp. 5-6).

Foram quatro as ocupações profissionais desempenhadas por Liberato, ao longo de várias décadas de existência atribulada. Foi jornalista político (sobretudo entre 1814 e 1823 e em 1827 e 28), arquivista da Câmara dos Pares (a partir de 1834), funcionário ministerial (1821 e 27) e administrador da Imprensa Nacional (1836-40). Exerceu ainda o cargo público de deputado em quatro legislaturas (as de 1822, 1834, 1836 e 1839), tendo-se destacado, sobretudo, pela intervenção a favor da lei de banimento de D. Miguel e da respectiva descendência (Idem, *Op. Cit.*, pp. 371-375).

Foi graças a uma memória histórica escrita pelo irmão, D. António da Visitação, que este ingressou na Academia das Ciências de Lisboa, pela mão do duque de Lafões (1719-1806), no ano de 1800. Lafões, Secretário de Estado assistente ao despacho do regente D. João (futuro D. João VI), serviu-se de tal relatório para provar que, perante o dilema de qual a aliança mais profícua a que Portugal se podia unir, se a da monarquia britânica, se a da república francesa, seria preferível a última, dada a «a pouca fé e lealdade com que os ingleses sempre se haviam tido connosco» (Idem, *Op. Cit.*, pp. 26-27). Uma outra memória de D. António da Visitação sobre as vantagens do estudo da geografia náutica nas aulas de Marinha ter-lhe-á valido também ser nomeado pelo futuro conde de Linhares como membro da Sociedade Real Marítima de Lisboa.

Esse conhecimento da história, colocado ao serviço do poder político e de determinadas visões estratégicas, foi uma das características do percurso intelectual de Liberato, tal como também o seria do irmão (e aliás de vários outros jornalistas e académicos contemporâneos). Nomeado Grande Orador da loja maçónica *Fortaleza* e sócio da Academia, nesse mesmo ano de 1804, Liberato iniciou assim um período de mais de trinta e cinco anos de carreira pública, vários deles em desterros dentro e fora do reino.

Foi suspeito de ser afrancesado, aquando da Conspiração dos Fidalgos (1805-1806) e em 1809. Esteve, por isso, durante dois anos preso, sem culpa formada (1811-1813). Em 1813 renunciou à condição eclesiástica e exila-se na Grã-Bretanha, onde vai empregar a sua inteligência em publicações como o *Investigador Português em Inglaterra* (1814-18), a soldo do conde do Funchal e, mais tarde, como único

redactor de *O Campeão Português* (1819-21). Com este jornal procurou preparar uma mudança de mentalidades e de instituições em Portugal, que acabaria por ocorrer com a revolução vintista de 24 de Agosto de 1820.

Homem de múltiplos saberes e interesses culturais, o Liberato jornalista, memorialista e historiador constitui um dos exemplos de figuras oitocentistas marcantes pela sua produção historiográfica de vincado cunho ideológico, que indelevelmente condiciona, ainda hoje, a visão que a comunidade científica e a cultura nacionais alimentam do século XIX. Neste sentido, foi um predecessor de Alexandre Herculano, de Oliveira Martins e de Teófilo Braga.

Enquadrado num momento de viragem cultural e institucional rico e multifacetado, em que Londres e Paris condicionavam a diplomacia e a política internas, Liberato – à imagem, de resto, da própria sociedade portuguesa – recebia influências só superficialmente contraditórias. Os seus alinhamentos políticos e historiográficos são semelhantes ao de decisores de primeira linha, como os futuros condes da Barca e de Linhares e do conde e marquês do Funchal, aparentemente conotados com ideais *afrancesados* e *inglesados* mas, na verdade, condicionados pelas elites e instituições predominantes após a Revolução Francesa, assim como pelas respostas que os sucessivos gabinetes londrinos iam fornecendo à avidez *europeizante* de Paris.

Liberato, fascinado pela cultura, pela liberdade de expressão e de imprensa vigentes na conservadora Londres (onde viveu vários anos), nem por isso deixou de nutrir ambições maçónicas e revolucionárias (até iberistas), plasmadas no pronunciamento portuense de 24 de Agosto de 1820 e na conquista lisboeta de 24 de Julho de 1833. Contribuiu aliás fortemente para a eclosão de tais acontecimentos e para a narração historicizante dos respectivos antecedentes.

Jornalista e memorialista do exílio, tanto em Londres como em Paris e no Porto sitiado, José Liberato construiu um discurso onde as ideias históricas andam de mãos dadas com narrativas de percursos (nem sempre dignificantes) dos validos e protagonistas do vintismo e dos vários cartismos. Pela sua narração do passado e do presente testemunhado (sobretudo, o dos anos de 1814 a 1834), Liberato deixou como legado uma visão da história de Portugal posterior ao século XVI marcada pela decadência, obscurantismo e escravidão, a que aliava ainda um estatuto secundário de satélite britânico, que mesmo os ideais regeneradores dos novos regimes constitucionais não terão conseguido inverter. Dando dos homens e das suas sangrentas guerras civis uma interpretação de luta do Bem contra o Mal, da Luz contra as Trevas, o Liberato idealista e historiador teleológico é contradito pelo Liberato cronista do seu próprio tempo e memorialista das sucessivas (e adiadas) regenerações nacionais. Via na aliança inglesa do tratado de Methuen em diante uma das causas de declínio, o que não obsta a que reconhecesse na liberdade de imprensa segundo o modelo britânico um dos factores de progresso nacionais.

Com o período vintista, José Liberato Freire de Carvalho regressou ao reino, consciente de que muito contribuíra para essa nova ordem. Eleito deputado e continuando a intervir junto da opinião pública com o seu *Campeão Português em Lisboa* (1822-1823), viu o regime ser erodido pelas suas próprias contradições e destruído aquando da Vila-Francada. Assinando uma declaração de protesto, juntamente com outros setenta e oito representantes do Soberano Congresso, Liberato tornou-se um inimigo frontal da contra-

revolução, dos projectos políticos de D. Carlota Joaquina e de D. Miguel, infante exilado aquando da Abrilada (1824), mas nomeado regente por D. Pedro IV (1827) e aclamado e jurado rei em 1828.

No *Ensaio político sobre as causas que preparam a usurpação do infante D. Miguel no ano de 1828, e com ela a queda da Carta Constitucional do ano de* 1826 (1840), Liberato assumiu o que apenas se pode entender como o papel de um doutrinador, depois de ter desempenhado o de um jornalista político. O próprio título da obra é elucidativo de uma busca de causas políticas do que, para a posteridade e para a tradição liberal ficará sempre conhecida como a *Usurpação,* graças ao papel interventor de alguns dos mais marcantes teóricos do liberalismo em Portugal, como – para além do próprio Liberato – Luz Soriano, Herculano e Garrett.

O autor procura desocultar as raízes de tal acontecimento singular e simbólico na História de Portugal, a *Usurpação*: vê nele o culminar de uma longa tradição de luta entre as *verdadeiras* instituições nacionais, revigoradas pelo vintismo (as cortes tradicionais instituídas em Lamego) e a sua *degeneração* absolutista. Tal conflito, na sua opinião, teria sido externa e internamente alimentado pelo expansionismo e pelas constantes ingerências ostensivas e oficiosas dos executivos londrinos.

Para José Liberato, as figuras históricas encarnam princípios morais e políticos diametralmente opostos, simbolizando a civilização e barbárie, o progresso e a decadência. Não são somente as figuras de Subserra (no *Ensaio político...*) e de Palmela (nas *Memórias...*) que procuram manietar ou controlar os interesses ideológicos agrupados à volta de D. Carlota Joaquina e de D. Miguel, deixando-se paulatinamente enredar numa teia estratégica de que, ambos, perderão o controlo – o que significará a prisão e morte de Subserra e os exílios de Palmela (mesmo sob o cartismo). É todo um jogo político de personagens de primeira, segunda e terceira linhas – entre elas Saldanha, Silva Carvalho, Rodrigo da Fonseca, D. Pedro IV, o próprio Liberato – que se movimentam num verdadeiro teatro de sombras, fascinante mas obscuro. José Liberato fá-lo segundo os ditames de Cornélio Tácito nos seus *Anais*, cada um narrando os abusos e os desmandos de dinastias imperiais (a de Augusto e a luso-brasileira) e respectivas cliques.

Nessa e noutras obras, José Liberato utiliza propositadamente os conceitos difusos de ensaio – *Ensaio histórico-político sobre a constituição e governo de Portugal* (1830) – e de memórias – *Memórias com o título de anais para a história do tempo que durou a usurpação* (de 1841-43). Dessa forma, como que reconhece a sua própria impreparação científica para a construção de um discurso histórico sólido e metódico (embora documentado); a sua natureza de testemunha apaixonada e interveniente; e o seu papel de filósofo debruçado sobre uma época conturbada ou sangrenta, na esteira de Voltaire e de Tácito.

Homem do neoclassicismo e do pré-romantismo, classicista como António Feliciano de Castilho e José Agostinho de Macedo, conspirador e revolucionário como os homens do Sinédrio e os amigos de D. Pedro, José Liberato Freire de Carvalho foi beber nas fontes da Antiguidade e nos métodos da Academia das Ciências de Lisboa para elaborar uma história imediatista, à semelhança de José Acúrsio das Neves e de Garção Stockler, nem sempre isentas de uma visão histórica funcional, de denúncia e polémica.

Porém, quando entendida e aceite essa dupla e inseparável natureza historiográfica e ideológica, tão presente, afinal, em toda a historiografia oitocentista portuguesa (mesmo em Alexandre Herculano), poderemos então compreender a verdadeira riqueza da produção historiográfica de Liberato. A saber: uma

busca documentada de fontes e de testemunhos directos; uma consciência aguda dos interesses políticos envolvidos nos acontecimentos narrados; bem como um recurso constante a exemplos históricos clássicos da literatura e da política europeias. Tal riqueza estilística, logicamente, não o isenta de críticas de sectarismo, como as que lhe foram dirigidas por António Viana (*Silva Carvalho e o seu Tempo*, vol. I, 1891, pp. 372-74, n. 1), retomadas por João Carlos Alvim, na reedição das *Memórias...* (1982, pp. XVI, n. 7, XVIII, n. 9, XIX, n. 12 e XX, n. 15). As quais, todavia, para uma melhor compreensão do tema, deverão ser enquadradas no contexto das lutas maçónicas à volta do Grande Oriente Lusitano, sobretudo entre as correntes saldanhista e carvalhista (Oliveira Marques em *História da Maçonaria em Portugal*, vol. II, 1996, pp. 52 e 54-55 e Fernando Catroga na *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, vol. V, 1996, p. 204).

Vejamos, por último, algumas leituras, recentes, sobre o impacto da obra de Liberato, na historiografia que lhe foi posterior. Luís Reis Torgal estabelece o paralelo de José Liberato Freire de Carvalho com outros proto-liberais e liberais, como Manuel Fernandes Tomás (1771-1822) e Manuel Borges Carneiro (1774-1833) – autor, anónimo, da obra *Portugal Regenerado em 1820.* Reis Torgal reconhece, assim, no *Ensaio histórico-político sobre a constituição e governo de* Portugal, de Liberato, a presença do «verdadeiro paradigma da interpretação histórica liberal», cujos «contornos da análise histórica [...] haveriam de ser seguidos e glosados pela historiografia liberal e republicana» (*História da História em Portugal…*, 1996, p. 32). Sérgio Campos Matos, por seu lado, especifica a importância do legado central da historiografia de José Liberato, as «teses democráticas e antibritânicas», decadentistas e anti-pombalinas, na produção historiográfica de José de Arriaga e de Oliveira Martins (in *Historiografia e Memória Nacional…*, 1998, pp. 95-96).

Sabe-se que, durante a experiência constitucional de 1820-23, os conceitos de *verdadeiras liberdades e garantias*, defendidas numa constituição não-escrita, *jurada* nas míticas cortes de Lamego e recuperadas com o Soberano Congresso vintista, atraíram várias facções políticas, conservadoras e revolucionárias, da sociedade portuguesa (muitas delas, politicamente activas em períodos históricos posteriores). Tanto assim foi que a mitologia de um pactualismo proto-constitucional, supostamente já existente tanto nos Lusitanos como nos portugueses do tempo de D. Afonso Henriques, é central no ideário de alguns liberais e de contra-revolucionários: várias das suas figuras primordiais coexistiram enquanto deputados vintistas, sentindo, todos a necessidade de plasmar num texto único fundamental, sob a forma de constituição ou carta outorgada, tais *verdades* histórico-jurídicas. Foram os casos de José Ribeiro Saraiva, de José Acúrsio das Neves (futuros miguelistas), do abade Correia da Serra e de João Pedro Ribeiro, por exemplo – assim como de José Liberato Freire de Carvalho (veja-se o percurso parlamentar desse quinteteto sintetizado em Zília Osório de Castro (dir.), *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo…)*, 2002, vols. I, pp. 418-24 e II, pp. 308-13, 522-26, 597-99 e 626-34).

Mais tarde, em 2 de Maio de 1828, o duque de Cadaval e o visconde de Santarém, respectivamente Secretários de Estado assistente ao despacho e dos Negócios Estrangeiros de D. Miguel, defenderam tenazmente, em reunião de conselheiros de Estado, a necessidade de reunião de cortes tradicionais para legitimar a monarquia de D. Miguel. O que de, resto, também foi preocupação de alguns dos oradores presentes nas ditas cortes de Lisboa, como a do bispo de Viseu (Francisco Alexandre Lobo) e de Acúrsio

das Neves, sócios da Academia das Ciências de Lisboa. Tal como os vintistas e os cartistas, também algumas figuras miguelistas tiveram a preocupação de fundamentar histórica e juridicamente um pactualismo que justificasse a *escolha em liberdade* de D. Miguel como sucessor de D. João VI, invocando, a esse propósito, a mitologia contratualista das cortes de Lamego (veja-se Sérgio Campos Matos, *Op. Cit.*, pp. 267 (e ns. 318 e 320) e 277 e Daniel Estudante Protásio, *O 2º Visconde de Santarém - Pensamento Histórico e Acção Política…*, 2008, pp. 148-159 e 188-193).

Refira-se, como fonte essencial para o enquadramento desta matéria (sobretudo para a produção de autores ditos progressistas), a análise já clássica de António José da Silva Pereira sobre Estado de Direito, «tradicionalismo» liberal e o papel de divulgação desempenhado por publicistas e redactores da diáspora liberal como Rocha Loureiro, Hipólito José Furtado de Mendonça e, naturalmente, Liberato (in *Revista da História das Ideias*, vol. 2, 1979, pp. 139-145).

Em conclusão, a obra historiográfica, memorialística e jornalística de José Liberato Freire de Carvalho exemplifica, de modo fascinante, como a produção historiográfica de algumas figuras liberais (e contra-revolucionárias), comprometidas do ponto de vista ideológico, foi essencial para fundar as visões e concepções posteriores sobre a época; assim como a dos seus mitos e heróis; e a das refundações e regenerações nacionais coevas, perpetuadas e repetidas, ininterruptamente, até aos dias de hoje. O que torna ainda mais urgente a necessidade de um estudo monográfico, de síntese, sobre Liberato, campeão de liberdades políticas, paladino de um jornalismo libertário e partidário de uma historiografia de combate.

Bibliografia activa: artigos no *Investigador português em Inglaterra* (1814-1818); *O Campeão português ou o amigo do rei*, Londres, impresso por L. Thompson, 4 volumes, 1819-21; *O Campeão português em Lisboa*, Lisboa, Tipografia Rollandiana, 3 volumes, 1822-23; na *Gazeta de Lisboa* (Lisboa, Impressão Régia, 1827); *Ensaio histórico-político sobre a constituição e governo do reino de Portugal...,* Paris, na Oficina Tipográfica de Casimir, 1830; *Os Anais de Cornélio Tácito...*, Paris, Idem, 2 volumes, 1830; *Ensaio político sobre as causas que prepararam a usurpação do infante de D. Miguel no ano de 1828, e com ela a queda da Carta Constitucional do ano de 1826*, Lisboa, na Imprensa Nevesiana, 1840; *Memória com o título de Anais para a história do tempo que durou a usurpação de D. Miguel*, Lisboa, Idem, 3 volumes, 1841-43; *Memórias da vida de José Liberato Freire de Carvalho*, Lisboa, Tipografia de José Baptista Morando, 1855 (2ª ed., Assírio e Alvim, 1982, com uma importante introdução de João Carlos Alvim, que acaba por constituir um dos mais recentes estudos bio-bibliográficos de referência sobre Liberato).

Bibliografia passiva: CLUNY, Isabel, «Carvalho, José Liberato Freire de Carvalho (1772-1855), in Zília Osório de Castro (dir.), *Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, volume I, Lisboa, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2002, pp. 418-424; DÓRIA, António Álvaro, «Carvalho, José Liberato Freire de (1772-1855)», in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989 (2ª ed.; 1ª ed. 1975-1978), pp. 507-508; MARQUES, António Henrique de Oliveira, *História da Maçonaria*, vol. II, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 52 e 54-55; PARATORE, Ettore, «Tácito», in *História da Literatura Latina*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987,

pp. 722-745; PEREIRA, António José da Silva, "Estado de Direito e «tradicionalismo» liberal", in *Revista da História das Ideias*, vol. 2, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1979, pp. 119-161; PROTÁSIO, Daniel Estudante, *O 2º Visconde de Santarém - Pensamento Histórico e Acção Política (1809-1855)*, dissertação de doutoramento, Lisboa, FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2008 (texto policopiado); SILVA, Inocêncio Francisco da, *Dicionário Bibliográfico Português...*, volumes I, II e IV, Lisboa, 1858-1860; TORGAL, Luís Reis, «Antes de Herculano...», in Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 31-35; VIANA, António, *Silva Carvalho e o seu Tempo. Compilação anotada por...*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, pp. 372-74 e n. 1.

Daniel Estudante Protásio